



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

**ESTADO, SUFRÁGIO E REPRESENTAÇÃO NA FILOSOFIA POLÍTICA
INGLESA SEISCENTISTA**

**A construção do Estado moderno: autoridade política e liberdade
republicana**

Área do conhecimento: Ciências Humanas

Subárea do conhecimento: Filosofia

Especialidade do conhecimento: Ética, Filosofia Política, Educação e Cidadania

Relatório Final

Período da bolsa: de 08/2018 a 07/2019

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PIBIC/COPES

Orientador: Prof. Dr. Saulo Henrique Souza Silva

Autor (a): Camila Moura de Carvalho



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. Objetivos**
- 3. Metodologia**
- 4. Resultados e discussões**
- 5. Conclusões**
- 6. Perspectivas**
- 7. Referências bibliográficas**
- 8. Outras atividades**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo investigar a teoria política do filósofo inglês Thomas Hobbes. Tendo em vista que a teoria hobbesiana da origem contratual do Estado fundamentou teoricamente a construção do Estado Moderno, buscamos compreender esse processo diante da autoridade política e da liberdade republicana. Na primeira parte desse projeto, analisamos questões acerca do homem e do estado de natureza centrando na primeira parte da obra *Leviatã* do filósofo inglês Thomas Hobbes intitulada “Do homem”. No relatório parcial o objetivo foi compreender exatamente o momento situado antes da instituição da república. A partir disso, no presente relatório, analisamos a segunda parte chamada “Da república” da mesma obra à luz de *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* de Quentin Skinner em conjunto com outras importantes obras.

2. Objetivos

Como no relatório parcial analisamos a primeira parte da obra *Leviatã* intitulada “Do homem”, no presente relatório, com o intuito de aprofundar a nossa pesquisa, passamos a analisar a segunda parte chamada “Da república” da mesma obra. Delimitando ainda mais nosso objeto de estudo, tendo no relatório parcial estabelecido as bases de construção do Estado Moderno, neste relatório final essa análise se dará em conjunto com *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* de Quentin Skinner; e de maneira inspiradora com *A marca do Leviatã*, importante comentário de Renato Janine Ribeiro.

A justificativa para essa organização está centrada na própria concepção do filósofo de que o Leviatã é formado por um conjunto de homens. A partir dessa análise, o filósofo compara os membros (a formação) de nosso corpo com a vida pública. É a figura do Leviatã, chamado também de República ou Estado,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

assemelhada ao homem enquanto um organismo; uma figura representativa do povo, que possui força e é projetado para garantir a segurança e, conseqüentemente, a conservação da vida para os seus súditos. Só é possível desenvolver essa relação em virtude do pensamento mecanicista¹ do autor. Em outras palavras, o raciocínio de Hobbes tem uma forte base de filosofia natural, sem a qual não podemos compreender o seu funcionamento²: “Pois o que é o coração, senão uma mola; e os nervos, senão outras tantas cordas; e as juntas, senão outras tantas rodas, imprimindo movimento ao corpo inteiro, tal como foi projetado pelo Artífice?” (HOBBS, 2008, p. 11).

Assim, a partir da análise do pensamento mecanicista do autor, que compara a formação do corpo humano com a vida pública, podemos avançar para o momento pós-instituição do Estado. De maneira resumida, se no primeiro momento analisamos aspectos fundamentais para entender a construção do Estado Moderno antes de sua instituição, agora centramos no momento posterior ao surgimento da república. Em ambas as ocasiões, nossa apreciação se deu a partir dos pilares da autoridade política e da liberdade republicana.

3. Metodologia

Como o relatório parcial, por se tratar de um primeiro momento da pesquisa, consistiu na análise da parte filosófica, ou seja, na compreensão dos textos clássicos filosóficos estabelecidos como base da pesquisa, neste relatório final investigamos propriamente os fundamentos das filosofias da autoridade política e da liberdade republicana projetando-as à concepção de construção do

¹ Seu pensamento é mecanicista no sentido de que ele entende a natureza das coisas a partir de sua submissão aos processos mecânicos, isto é, entende o funcionamento do Leviatã, por exemplo, de maneira mecânica, ordenada; como um organismo.

² SILVA, L. C. S. **Elementos políticos de uma moderna filosofia do poder em Hobbes**: o utilitarismo das ciências contra a neutralidade da razão prática. In: Evaldo Becker, Marcelo de Sant'Anna Alves Primo, Saulo Henrique Souza Silva (Orgs.). *Moral, ciência e história no pensamento moderno* – São Cristóvão: Editora UFS, 2018.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Estado Moderno através do pensamento de Thomas Hobbes e de comentadores de peso, a saber, Quentin Skinner e Renato Janine Ribeiro.

Esse segundo momento do projeto se deu primordialmente a partir da leitura da segunda parte de *Leviatã* intitulada “Da República” com o subsídio das obras *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, *A marca do Leviatã*, entre outros. Assim, como a metodologia adotada no primeiro relatório foi primordialmente entender os aspectos filosóficos a partir da compreensão de textos de Thomas Hobbes analisando suas concepções filosóficas principalmente no que cerne a primeira parte (“Do homem”) da obra *Leviatã*, no presente relatório, já contando com a base necessária desenvolvida no primeiro, passamos para uma análise crítica direcionada à construção do Estado Moderno por meio do exame dos referidos autores e, é claro, de nosso próprio exercício interpretativo.

A partir do primeiro relatório foi possível a escrita – juntamente com a correção do orientador – e a apresentação da comunicação intitulada *O conceito de natureza e propriedade na teoria hobbesiana: implicações no uso dos recursos* (referida no tópico de número 8 - “Outras atividades”). Essa experiência merece ser destacada dentro da metodologia, pois teve o papel de fundamental parecer no desenvolvimento e na continuidade da pesquisa, de modo que melhor nos orientou rumo ao relatório final.

O tópico seguinte (“Resultados e discussões”) foi dividido de maneira que melhor pudéssemos organizar o nosso trabalho através das discussões intentadas ao longo do texto.

4. Resultados e discussões

4.1. Aspectos iniciais da ciência civil hobbesiana

No livro *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, Quentin Skinner examina a aspiração central da filosofia civil de Hobbes, a saber, a de transformar o estudo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

da teoria moral e política numa disciplina científica. Em suas obras sobre a natureza do Estado, Hobbes enfatiza que o seu objetivo fundamental é constituir uma *scientia civilis* ou ciência civil (na tradução de Skinner). Assim, nosso objetivo neste trabalho é analisar a constituição da ciência civil de Hobbes, mais especificamente no que diz respeito a construção do Estado moderno a partir da autoridade política e da liberdade republicana.

O termo “ciência civil” é empregado pela primeira vez por Hobbes em *Elementos da lei natural e política* (1650), anunciando ele ter descoberto as únicas e verdadeiras bases de uma ciência da justiça e da política. Afirmação parecida é feita em *Do cidadão* (1642) na qual o autor diz ter provado os verdadeiros princípios de uma ciência da justiça. É em *Leviatã* (1651) que ele reafirma a comprovação de uma ciência da justiça natural, declarando que a filosofia moral equivale a uma *scientia* ou ciência da virtude e do vício se entendida corretamente.

Quando Hobbes iniciou sua empreitada em 1590, já circulava um modo de pensar característico sobre a ideia de uma ciência civil, segundo o qual existiam dois fatores indispensáveis na ideia de *scientia civilis*: um deles é a razão, faculdade que nos permite desvendar a verdade; o outro é a retórica, arte que nos permite expor a verdade com eloquência. Assim, os primeiros textos publicados por Hobbes revelam uma absorção da cultura retórica do humanismo renascentista. Apesar disso, assim que se voltou para esse tema ele tratou de extrair suas próprias conclusões humanistas. Dessa maneira, em *Elementos* e *Do cidadão*, Hobbes objetiva desacreditar e substituir o ideal renascentista de união entre razão e retórica, e, portanto, entre a ciência e a eloquência. Passando desses pronunciamentos por volta de 1640 para o *Leviatã* (1651), é possível notar uma mudança no pensamento hobbesiano. Em outras palavras, o autor apoia, em grande medida, a análise humanista das relações entre razão e retórica, que



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

outrora procurou contestar e superar. Hobbes admite que para a razão prevalecer é preciso complementar e implementar suas descobertas por meio das artes retóricas e, por isso, *Leviatã* é considerada uma contribuição importante para a arte renascentista da eloquência buscando ampliar as descobertas da razão e da ciência.

4.2. A mudança no pensamento de Hobbes

A explicação para essa mudança de pensamento aparece, sugerida pelo próprio Hobbes, em *Behemoth* (escrita em 1668, mas somente publicada três anos após a morte do filósofo em 1682) com justificativa na história das guerras civis. Skinner destaca que no *Leviatã*, Hobbes está se dirigindo a um novo público, mais amplo e menos instruído. Como um dos argumentos para essa mudança de atitude entre *Elementos* – mais direcionado a elite – e *Leviatã*, temos o fato de que, exatamente nos anos em que foram escritos, Hobbes estava vivendo em exílio na França. Assim sendo, é possível inferir que esse novo meio afetou suas ideias sobre a ciência civil. Vale destacar que a concepção hobbesiana de ciência civil tem sido apresentada como se constituísse uma aplicação direta das concepções do filósofo sobre o caráter das ciências naturais. Apesar desta ser uma forma plausível de interpretar sua posição inicial exposta em *Elementos*, muitos de seus comentadores (ver notas de rodapé) enfatizam que depois Hobbes apontou diferenças entre os métodos do que hoje chamamos de “ciências naturais” e “ciências humanas”, como, por exemplo, enquanto na ciência civil basta possuir um conhecimento das definições e de suas consequências, nas ciências naturais é necessário não só isso, mas também trabalhar com hipóteses. Outra distinção é introduzida em *Do cidadão* segundo Skinner:

Ali nos é dito que, enquanto as ciências naturais adotam um procedimento puramente *mecanicista* e antiteleológico, os corpos artificiais investigados pelos cientistas das matérias civis são tais que continua a ser inescapável examinar também as *finalidades para as quais eles são criados* (SKINNER, 1997, p. 20). [Destaques nossos]



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Esta última distinção pode ser entendida, inclusive, como uma das razões pelas quais, em *Leviatã*, Hobbes primeiro analisa o homem separadamente. Assim sendo, Hobbes acabou fazendo uma distinção entre os métodos das ciências naturais e morais. Em sua obra *Leviatã*, ele chegou à conclusão de que, nas ciências morais, os métodos do raciocínio demonstrativo precisavam ser suplementados pela eloquência levando-o a fornecer não só uma nova exposição de seus princípios teóricos, mas também a colocá-los sistematicamente em prática. Por conta disso, Skinner se refere ao *Leviatã* como uma obra em que o ideal humanista de uma união entre a razão e a retórica é não apenas defendido, mas sistematicamente realizado³, isto é, como um livro de retórica. Por retórica hobbesiana do *Leviatã*, Skinner entende o emprego da palavra como o próprio Hobbes entenderia: utilizada com o objetivo de descrever um conjunto característico de técnicas linguísticas oriundas dos elementos principais das teorias clássicas e renascentistas sobre a eloquência escrita. Ressalte-se que em *Do cidadão*, por exemplo, apesar de ter sido escrito em um momento histórico no qual o discurso retórico ganhou espaço, era um texto antirretórico e nem por isso deixou de ser considerada a mais importante obra de teoria política do início dos anos 1640.

4.3. O surgimento e a finalidade da república

Em *Leviatã*, a partir do momento em que os homens introduzem restrições sobre si mesmos para que seja possível viver em república, temos o que Hobbes chama de causa final, finalidade e desígnio dos homens, que é, em suas palavras “a precaução com a sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita” (HOBBS, 2008, p. 143). Em outras palavras, o fim último dos homens é a

³ Essa realização sistemática se realiza com a ideia da conversão da plena soberania em utilidade prática defendida por Hobbes ao final da segunda parte de *Leviatã*. Isso pode ser concretizado buscando-se evitar, por exemplo, as causas de dissolução da República mencionadas pelo filósofo inglês, que abordaremos oportunamente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

conservação de sua própria vida, e, para isso, é preciso sair do estado de guerra. Desse modo, sem um poder coercitivo, que através do medo da coerção das leis civis e de castigos obrigue os cidadãos a cumprir os pactos sociais, é impossível superar essa condição de guerra de todos contra todos. Esse poder coercitivo se refere a própria instituição de uma autoridade política. Nas palavras do autor:

E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de as respeitar e quando o poder fazer com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para a nossa segurança, cada um confiará e poderá legitimamente confiar, apenas na sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros (HOBBS, 2008, p.144).

Sendo assim, a finalidade da república é a segurança individual, já que cedendo parcela de sua liberdade, os homens objetivam assegurar a própria vida e o Estado se compromete a garantir isso. É importante destacar que com a instituição da república todos os direitos naturais deixam de valer, permanecendo apenas um de maneira indissolúvel: o direito de preservar a própria vida, que irá fundamentar uma espécie de “teoria da desobediência” em Hobbes. É o que acontece quando, havendo somente os pactos, sem o uso da força pelo Estado para assegurar o seu cumprimento, o cidadão confia apenas em sua própria força para se proteger devendo utilizar-se dos meios necessários para tanto. Assim, o direito natural mais voltado ao indivíduo tende a ser substituído por um direito mais restrito, que se impõe soberanamente com validade para toda a sociedade política. Esse direito, por sua vez, é emanado pelo Estado. Desse modo, a liberdade republicana é assim chamada, pois com o surgimento da República, passa a ser o Estado o detentor da força e, conseqüentemente, da punição nos casos em que suas normas forem desrespeitadas. Neste ponto, é possível notar um caráter duplo da liberdade republicana: ao mesmo tempo em que ela surge para os indivíduos no sentido de que agora é possível viver sem a preocupação de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

morte violenta a todo instante, ela aparece também voltada para o Estado, pois é ele que agora detém o monopólio do uso da força para assegurar a paz.

Ainda falando sobre a finalidade da república, tratando mais especificamente sobre a questão do consentimento entre os homens, Hobbes pontua que se houvesse a possibilidade de os homens chegarem a um acordo entre si não haveria necessidade da existência de um poder superior. Insere-se nesse ponto o fato de que Hobbes, ao tratar das principais barreiras à construção de uma ciência civil, observa que é comum a discordância entre os homens quanto ao que se deve chamar bem e mal, liberalidade e prodigalidade, valentia e temeridade. Estendendo os exemplos para outros conceitos trabalhados em *Leviatã*, aparecem os termos justo e injusto, *verbi gratia*. Com isso, Hobbes tem em mente o uso de uma técnica retórica específica, chamada por Skinner de “redescrição retórica”⁴, na qual, ele mesmo a partir de seu postulado do estado de natureza, estabelece os conceitos centrais no desenvolvimento de suas ideias. Esses conceitos são estabelecidos exatamente para dar utilidade prática a sua teoria. De acordo com ele:

Pois se conseguíssemos imaginar uma grande multidão capaz de consentir na observância da justiça e das outras leis de natureza, sem um poder comum que mantivesse a todos em respeito, igualmente conseguiríamos imaginar a humanidade inteira capaz de fazer o mesmo. Nesse caso não haveria, nem seria necessário, nenhum governo civil ou república, pois haveria paz sem sujeição (HOBBS, 2008, p. 145).

⁴ Com fundamento em seu contextualismo linguístico e histórico, a redescrição retórica é a forma de mudança conceitual adotada por Skinner com o objetivo de descrever a ação de um novo jeito. Assim sendo, o autor entende que o pensamento político deve ser analisado a partir do contexto histórico e linguístico no qual estava situado, de modo que os conceitos e suas respectivas mudanças devem ser investigados tendo em vista os conflitos nos quais os autores estavam envolvidos. Isso significa dizer que a técnica da redescrição propõe uma perspectiva histórica para a interpretação de problemas normativos e legitimadores da mudança conceitual a partir da perspectiva linguística.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Questionando-se sobre a possibilidade de os homens viverem em harmonia sem necessidade de nenhum poder coercitivo, Hobbes utiliza como exemplo criaturas como as formigas e abelhas que vivem socialmente umas com as outras sem outra orientação a não ser os julgamentos e apetites particulares enquanto uma comunidade. Se debruçando sobre esse comportamento, ele responde que a humanidade está envolvida em competições pela honra e o acordo vigente do homem é artificial através do pacto; já para aquelas criaturas não há distinção entre o bem comum e o individual, elas não dispõem do uso da razão e seu acordo vigente é natural.

Assim, de acordo com Hobbes, a única maneira de constituir um poder comum é conferir toda força e poder a um homem ou assembleia como representante dos próprios cidadãos, estes devem se reconhecer como autores dos atos que o seu soberano praticar, ficando submetidos às vontades e decisões dele. A partir dessa transferência de direitos, o Estado instaurado é o civil, chamado também de república, *Leviatã*, *commonwealth* ou *civitas*, pelo próprio Hobbes. É importante mencionar que todos esses termos designam e apontam para a finalidade do Estado: o termo “república” do latim *respublica*, significa “coisa pública”; *commonwealth* é a comunidade dos bens; e *civitas* (em latim) se refere à união de todos homens que transferem parcelas de sua liberdade numa só pessoa, que é o Estado. Observe-se que todos esses termos fazem referência a consecução de um interesse comum, coletivo, e não dos próprios interesses dos governantes. Dessa maneira, a pessoa a quem foram confiados os direitos se torna digno de poder soberano e todas as demais pessoas lhe devem obediência e, por assim dizer, são seus súditos.

É essencial destacar que nosso objetivo com esse trabalho é estudar o pensamento hobbesiano sob o viés considerado mais incomum, que é o de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

juspositivista⁵, conforme o juízo de Leo Strauss, por exemplo; incomum, pois para muitos de seus comentadores ele era um autor jusnaturalista; e atual, não no sentido de que consegue dar conta da complexidade da vida, mas como importante contribuinte para a concepção da autoridade política e da liberdade republicana enquanto pilares na construção do Estado Moderno.

No Direito, o termo “jusnaturalismo” se refere ao direito natural, que, por sua vez, é universal, imutável e inviolável, no qual as leis são impostas a todos que estão em um estado de natureza. Como veremos, Thomas Hobbes organiza sua teoria em torno desse estado natural. Em decorrência disso, existe uma linha interpretativa que rejeita a compreensão de Hobbes como um teórico contribuinte para o juspositivismo⁶, termo que diz respeito ao pensamento de que direito e justiça só existem através de normas positivadas, isto é, normas escritas emanadas pelo Estado; é o direito positivo formado por leis formais que compõem o ordenamento jurídico. Outro ponto que merece destaque é que jusnaturalismo e juspositivismo não são antagônicos, pois o direito positivo deve estar, em certa medida, adaptado aos princípios do direito natural. Apesar da disputa teórica existente em relação ao uso desses termos sobre a teoria hobbesiana, buscaremos aqui argumentar em favor do ponto de vista das implicações contemporâneas do pensamento de Hobbes e não da sua contemporaneidade. Isso significa dizer que não se trata de atualizar o pensamento do autor, mas sim de compreender como o seu pensamento influi no desenvolvimento da sociedade política. Diante de tantas críticas a sua abordagem, Skinner salienta que não se trata de atualizar o pensamento do filósofo, nem tampouco de deixá-lo preso à sua

⁵ STRAUSS, Leo. **Direito natural e história**: introdução e tradução de Miguel Morgado. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

⁶ Em contraposição a esse pensamento, temos de maneira exemplificativa Leo Strauss, advogado da tese de que, na verdade, Thomas Hobbes estabelece a necessidade do direito positivo. Resumidamente, Strauss se coloca como defensor da tese de um Hobbes antinaturalista.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

época, mas sim situar a teoria e prática hobbesianas da ciência civil no contexto intelectual em que ela foi formada.

Além disso, também advogamos que Hobbes não está defendendo o absolutismo ao utilizar os termos “soberano” e “súditos”, mas sim apenas, como esclarece Skinner, por estar situado em um contexto histórico marcado por inúmeras guerras e pelo próprio absolutismo monárquico inglês. Portanto, como sugere o próprio título de nosso trabalho, entendemos que Hobbes se refere a construção do Estado Moderno. Segundo ele, a essência da república pode assim ser definida:

(...) uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por todos como autora, de modo que ela pode usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comuns (HOBBS, 2008, p.148).

Dessa instituição da república derivam todos os direitos e faculdades daqueles a quem o poder soberano é conferido, mediante o consentimento do povo reunido. Como consequência dessa instituição, a partir desse contrato social estabelecido entre o Estado e os próprios homens que o criaram, temos que é impossível desfazê-lo, pois quem se opor ao soberano será punido por ele. Caso se rebelem, isso implica em condição de retorno ao estado de guerra. Ao ter sua liberdade limitada a partir do momento em que é concedido ao Estado parcelas desta, todos passam automaticamente a autorizar as decisões do soberano, e, por isso, há que se falar em uma autoridade política instaurada. Um exemplo do papel alienatório⁷ da autoridade política perante os súditos está ligado a noção de propriedade: a propriedade é organizada mediante submissão às leis civis, não sendo possível haver propriedade sem essa submissão. Isso justifica a própria compreensão de

⁷ MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Trad. Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

que a ideia de propriedade nasce com o surgimento da república. Assim, antes de concordar ou discordar das decisões do soberano, os homens devem ter em mente que qualquer posicionamento pode levar de volta para o estado de natureza colocando em risco, por exemplo, além da própria vida, a sua propriedade.

4.4. República e corrupção

Merece destaque a fala de Hobbes sobre as diversas espécies de república para que possamos fazer um comentário sobre os momentos de corrupção, assim denominados por ele. De acordo com o filósofo, são apenas três as formas de república: monarquia, aristocracia e democracia, sendo que as formas de tirania e oligarquia representam os dois primeiros quando se encontram em um estado detestável; a anarquia significa ausência de governo e ocorre quando os homens se sentem prejudicados pelo governo democrático. Já na monarquia, o interesse pessoal do governante é o mesmo que o interesse público e não há como o soberano enriquecer ou ser glorioso senão com os súditos. Hobbes destaca que a democracia e a aristocracia, por sua vez, propiciam uma forma de corrupção que diminui as riquezas do governo; enquanto que a monarquia, por ser menos inconstante é a melhor forma de governo. Esta é uma das passagens que pode ser utilizada em favor dos que afirmam o pensamento hobbesiano defender a monarquia como forma de governo em seu caráter absoluto. A partir da leitura realizada pudemos notar que o que ocorre é que Hobbes, analisando a partir de determinados requisitos, pôde concluir que a monarquia é a melhor das espécies de república, mas em momento algum ele defende que seja a única forma de governo possível. Pois bem, analisando sob o aspecto dos momentos de corrupção tem-se que a democracia e a aristocracia são mais propícias para a chamada corrupção do corpo político. Esse exemplo se encaixa em dois modelos diferentes de corrupção desenvolvidos em *Elementos da lei natural e política*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

(1650): a corrupção do gênero humano, do corpo natural; e a corrupção do corpo político. A corrupção do corpo político, diz respeito à corrupção das instituições e se caracteriza pelo pior momento da sociedade política, pois a degeneração desse corpo leva à revolução no âmbito da forma de governo. Esses “momentos de corrupção” se destacam pela coexistência de liberdade e autoridade. Este é apenas um dos exemplos de quando o homem, não se sentindo controlado pelo Estado, age em benefício próprio, ignorando uma causa social maior. Segundo o filósofo inglês, este desejo baseado na liberdade de agir a partir de interesses privados é imutável.

No *Leviatã*, o filósofo insiste na ideia de que é pequeno o poder das ciências e, por isso, as descobertas feitas por elas precisam ser complementadas pela força da eloquência para que o seu ideal da plena soberania se efetive. Hobbes acredita que a maioria das pessoas é menos movida pela força da razão do que pelo sentimento que percebe de seus próprios interesses pessoais. Fazendo novamente um comparativo entre as já mencionadas obras, segundo Skinner:

Em contraste com o otimismo dos *Elementos* e de *Sobre o cidadão*, o filósofo insiste ainda, no *Leviatã*, em que, quando as exigências da razão entram em choque com o interesse das pessoas, estas não apenas se recusam a aceitar o que é ditado pela razão, como também fazem todo o possível para questionar ou eliminar até mesmo as mais claras provas científicas, caso estas se afigurem passíveis de afetar seus interesses de maneira adversa (SKINNER, 1997, p. 571).

Esse entendimento do interesse pessoal como um poder maior do que a razão e capaz de derrubá-la, denota um momento de corrupção do corpo político e raramente é encontrado na literatura política inglesa anterior à década de 1640.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

4.5. A união entre razão e retórica

Um ponto central para o ceticismo hobbesiano refere-se à capacidade que a razão tem de nos mobilizar. Em outras palavras, alguns autores insistiram que o que movia os príncipes e as personalidades públicas não era a razão, nem tampouco a paixão, mas o sentimento da paixão que o interesse lhes dá. Em decorrência disso, Skinner diz que a razão de Estado é na verdade a razão do interesse. Tal afirmação abre a possibilidade para um choque entre a razão e o interesse, sendo que este prevalece de maneira geral. Em termos práticos, o interesse do soberano comprometido com a sua finalidade é a conservação da paz para assegurar a vida dos súditos. No entanto, esse interesse pode acabar sendo o interesse privado do soberano que constituiria a corrupção do corpo político já mencionada. Para que se mantenha a soberania da razão, Hobbes propõe que devemos encontrar meios de suplementar suas descobertas com as artes da persuasão, e, portanto, com a força da eloquência.

A explicação para Hobbes passar a reconhecer a união entre razão e retórica é dada por ele próprio. Foi em consequência das ponderações sobre as causas da guerra civil inglesa que ele se sentiu obrigado a reconsiderar suas opiniões sobre o lugar da retórica no debate público. Essa explicação é colocada pela primeira vez em *Leviatã* (1651), mas é em *Behemoth* – um conjunto de diálogos que ele redigiu na década de 1660 sobre as causas e o curso da revolução – que Hobbes indica de maneira mais completa o que o levou a mudar de opinião sobre as relações entre a razão e a retórica e, conseqüentemente, sobre a ideia de uma ciência civil. Em *Behemoth* dois grupos são responsabilizados pelas catástrofes da guerra civil inglesa de 1640, especialmente os presbiterianos e os democratas da Câmara dos Comuns. Nesta obra, os argumentos já enunciados no *Leviatã* sobre a impossibilidade de a razão e a ciência superarem o poder do interesse são reforçados. Assim, a primeira



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

conclusão de Hobbes é que diante do interesse e da ignorância, a razão e a ciência têm pouca chance de serem ouvidas. Em suma, para o filósofo a revolução inglesa aparece como uma vitória do poder irracional e ao mesmo tempo da vitória da retórica neoclássica sobre o reduzido poder da ciência e da racionalidade. Desse modo, Skinner entende, valendo-se do pensamento de Hobbes, que para a razão se sobressair do erro, ela terá de utilizar-se da linguagem da eloquência.

4.6. O conceito de liberdade

Tendo em vista a coexistência de liberdade e autoridade nos momentos de corrupção, de acordo com Hobbes, liberdade ou independência significa ausência de oposição, de impedimentos. Assim, a liberdade indica que o homem pode fazer o que tiver vontade.

O filósofo inglês aponta ainda que a liberdade e o medo são compatíveis, dando, inclusive, o seguinte exemplo: “quando alguém atira os seus bens ao mar por medo de fazer afundar o seu barco, apesar disso o faz por vontade própria, podendo recusar fazê-lo se quiser” (HOBBS, 2008, p.180). A partir dessa situação narrada por Hobbes, é possível realizar uma interpretação à luz do tema de nosso trabalho: quando alguém cede parcela de sua liberdade por medo do estado de natureza, o faz por vontade própria, podendo recusar fazê-lo se quiser.

Apesar do exemplo hobbesiano estar situado exatamente sob o pressuposto de que já se instituiu a república, essa interpretação analógica esclarece de maneira salutar as bases da construção do Estado Moderno: com a existência de uma autoridade política que regula a conduta humana, e, portanto, cria certos impedimentos, a liberdade do indivíduo fica limitada, condicionada ao poder coercitivo e legislador do Estado. Desse modo, todos os atos praticados pelos homens frente ao Estado se dão por medo da coerção da lei, mas, apesar disso, os homens têm a liberdade ou não de cumpri-los, estando nesta última hipótese, sujeitos a serem punidos. Ora, se a liberdade é a ausência de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

impedimentos, com o nascimento do Estado, que agora regula o comportamento humano, a liberdade deixa de existir? A resposta está relacionada com a própria noção de liberdade republicana, pois a partir da instituição da *commonwealth* passa a existir não qualquer tipo de liberdade, mas sim uma liberdade republicana, isto é, o indivíduo é livre na medida em que cede parte de sua independência e direciona a finalidade da autoridade política; e o Estado é livre ao passo em que regula a liberdade dos indivíduos e exerce sua autoridade política.

Existe uma passagem de *Leviatã* em que Hobbes afirma que a liberdade tratada por alguns pensadores antigos é a liberdade do soberano e não a dos indivíduos, sendo a primeira idêntica a liberdade caso não houvesse leis civis nem república. Além disso, o filósofo dá a entender que os homens vivem numa condição de guerra perpétua:

A liberdade à qual se encontram tantas e tão honrosas referências nas obras de história e filosofia dos antigos gregos e romanos, assim como nos escritos e discursos dos que deles receberam todo o seu saber em matéria de política, não é a liberdade dos indivíduos, mas a da república, que é idêntica à que teria todo homem se não houvesse leis civis nem nenhuma espécie de república (...). Além disso, vivem numa condição de guerra perpétua, e sempre na iminência da batalha, com as fronteiras em armas e canhões apontados contra os seus vizinhos a toda a volta (HOBBS, 2008, p.183).

Compreendemos, portanto, a liberdade republicana na teoria de Hobbes como já mencionado, a saber, seu caráter duplo que, ao mesmo tempo em que restringe a liberdade dos homens através da autoridade política do soberano, lhes concede liberdade de viver o longo tempo de vida que a natureza comumente lhes dá. Assim, podemos notar que a liberdade republicana se dividiria em duas: a liberdade republicana em relação ao súdito e liberdade republicana em relação ao soberano.

Hobbes destaca ainda que “todos os homens são *por natureza* igualmente livres” (HOBBS, 2008, p. 185) [Destaques nossos]. Essa afirmação endossa



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

ainda mais o nosso entendimento de que a liberdade que passa a surgir com a república, não é qualquer liberdade, mas a republicana. Pode parecer óbvia tal explicação em decorrência do próprio termo “república” que acompanha a palavra “liberdade”. No entanto, essa fala de Hobbes denota mais minúcia do que pode parecer: já no estado de natureza, o homem era livre, e, portanto, com o surgimento da *civitas* é como se a liberdade atingisse outro patamar, ainda que agora o homem tenha a faculdade de obedecer o Estado ou não, o que por si só já configura, mais uma vez, a presença de liberdade mesmo que limitada pelo medo da punição; uma liberdade que de um lado está condicionada a punição estatal no exercício de sua autoridade em caso de descumprimento (liberdade republicana em relação ao soberano), e, de outro lado, uma liberdade que possibilita viver tranquilamente (liberdade republicana em relação ao súdito).

A necessidade e a liberdade também são compatíveis, pois foi utilizando-se de suas liberdades e de suas necessidades, que os homens instituíram o Estado, juntamente com as leis civis. Em outras palavras, com a necessidade de proteger a própria vida, os homens utilizaram-se de sua liberdade natural para que, cedendo ao Estado, obtivessem liberdade republicana. É justamente por essa necessidade que os súditos cedem essa parcela ao Estado. Conforme o próprio conceito hobbesiano a liberdade de que tratamos é sempre negativa, isto é, não é uma liberdade afirmativa, mas sim ausência de impedimentos.

Os súditos são autores dos atos do soberano, isto é, lhe outorgaram poderes para regular a vida, tudo que o Estado fizer estará em seus direitos, de modo que a liberdade dos súditos está somente vinculada àquilo que o soberano permitiu ao regular suas ações. Isso não significa dizer que há uma limitação do poder do soberano. É importante destacar que Hobbes cria uma diferenciação entre o soberano e o representante político, o primeiro é o próprio Estado e o segundo é por ele instituído. A limitação existente se dá em face do representante



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

político, que possui poderes limitados pelo soberano e o homem pode protestar contra os decretos desses representantes da assembleia representativa – e não dos atos do Estado, pois a este outorgou poderes –, assumindo o risco de a conservação da paz ser prejudicada. A liberdade republicana consiste em cada um fazer aquilo que está em conformidade com as leis civis. Trata-se de uma semelhança com o estado natural, mas que agora é regulada por um poder soberano.

Como já mencionado, a partir do surgimento do Estado quase todos os direitos naturais deixam de valer, permanecendo apenas o direito de proteger a própria vida na hipótese de o soberano não cumprir com a sua parte do pacto, situação em que temos a volta da liberdade por natureza de todos os homens. Além de todo súdito ter o direito de defender a sua vida, possuem também a liberdade de não testemunhar algo que possa prejudica-lo; e de fazer aquilo que a lei mantém silêncio, ou seja, o que não é proibido, é permitido. Sobre esses casos em que os súditos estão dispensados da obediência ao seu soberano, Hobbes entende que:

(...) a obrigação dos súditos para com o soberano dura enquanto, e apenas enquanto, dura também o poder mediante o qual ele é capaz de os proteger. Porque o direito que por natureza os homens têm de se defenderem a si mesmos, quando ninguém mais os pode proteger, não pode ser abandonado através de pacto algum. A soberania é a alma da república, e uma vez separada do corpo os membros deixam de receber dela o seu movimento (HOBBS, 2008, p. 188-189).

A partir dessa passagem, entende-se que sem a soberania não há Estado, sendo ela exercida através da liberdade republicana e da autoridade política. O estudo do homem de maneira isolada na primeira parte de *Leviatã* em conjunto com o pensamento mecanicista hobbesiano também explica essa relação de dependência, pois os súditos também são parte determinante do poder estatal.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Outro exemplo em que a liberdade republicana em relação ao súdito aparece condicionada é no caso da propriedade. Como já mencionado, a noção de propriedade surge com o advento do Estado, já que antes disso tinha-se apenas a frágil e incerta compreensão de posse. A justificativa está no fato de que a nutrição de uma república se resume na quantidade e distribuição das matérias-primas necessárias à vida e a abundância desses materiais depende do trabalho e de Deus, segundo Hobbes. Ligado a isso, o trabalho do homem é um bem que pode ser trocado por benefícios e a distribuição dessa nutrição estatal constitui, por sua vez, a noção de propriedade. A limitação à liberdade republicana em relação ao súdito reside no entendimento hobbesiano de que a propriedade de um súdito não exclui o domínio do soberano, mas apenas de outros súditos, ou seja, apenas o soberano pode, quando julgar necessário, usufruir da propriedade. De acordo com o autor:

A distribuição das matérias-primas dessa nutrição é a constituição do *meu*, do *teu* e do *seu*. Isto é, uma palavra, da propriedade. E em todas as espécies de república é da competência do poder soberano. Porque onde não há república, conforme já se mostrou, há uma guerra perpétua de cada homem contra o seu semelhante, na qual portanto cada coisa é de quem a apanha e conserva pela força, o que não é propriedade nem comunidade, mas incerteza. (...) Visto portanto que a introdução da propriedade é um efeito da república, que nada pode fazer a não ser por intermédio da pessoa que a representa, tal propriedade só pode ser um ato do soberano, e consiste em leis que só podem ser feitas por quem tiver o poder soberano (HOBBS, 2008, p.211) [Destaques do autor].

4.7. As leis civis

Todos os homens que são membros de um Estado são obrigados a respeitar as leis civis, de modo que seu conhecimento é de caráter geral e compete a todos obedecer essas ordens porque são membros de uma república, tanto é que aquele que ordena tem o nome de *persona civitatis*, que significa a pessoa da república. Hobbes define a lei civil da seguinte maneira:

A lei civil é para todo súdito constituída por aquelas regras que a república lhe impõe, oralmente ou por escrito, ou por outro sinal suficiente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

da sua vontade, para usar como critério de distinção entre o bem e o mal, isto é, do que é contrário à regra (HOBBS, 2008, p. 226).

Tais leis são prescritas e é ordenada a sua observância pelo Estado, de modo que ele é o único legislador dessas normas. No entanto, o Estado não é uma pessoa e, por isso, é na figura de seu representante, de seu soberano que está atribuída a função de legislar. Como o soberano não está sujeito a nenhuma lei, pois ele possui o poder absoluto instituído na forma de autoridade política, ele tanto pode editar as leis civis como revogá-las. Assim, o soberano é livre da sujeição, já que cada homem lhe conferiu poderes para agir da forma que bem entender. Apesar de não se sujeitar a ninguém, nem tampouco às leis civis, o soberano deve zelar pelo cumprimento do pacto firmado com a comunidade. Até porque, se não o fizer, estará sujeito a rebelião de seus súditos.

Ainda sobre as leis civis há que relacioná-las com a lei de natureza e a lei natural. A lei de natureza⁸ é uma lei civil, porque com o surgimento da república ela se institui de fato. Antes da instituição da república, e, portanto, ainda no estado de natureza, a lei de natureza é praticamente nula, pois os homens só a obedecem quando desejam, quando têm vontade: o que existe é o medo da morte violenta e não das sanções decorrentes da lei. Reciprocamente, a lei civil faz parte dos ditames da natureza. A liberdade natural do homem pode ser limitada e restringida pelas leis civis, com a finalidade de impedir que o homem cause danos a outros, sendo também, portanto, finalidade das leis de natureza. Em relação a lei civil e a lei natural elas não são de diferentes espécies segundo Hobbes, mas, na verdade, diferentes partes ou formas de expressão da lei: a lei civil é escrita, é uma instituição humana; e a lei natural é não escrita, faz parte dos corpos

⁸ Em *Leviatã*, uma lei de natureza é uma regra geral, estabelecida pela razão, através da qual se proíbe ao homem realizar tudo que possa acabar com sua vida ou que possa impedi-lo dos meios necessários para preservá-la.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

naturais, regula os astros, a matéria e também pode ser observada pelos homens.

Nas palavras hobbianas:

A lei de natureza e a lei civil contém-se uma à outra e têm igual alcance. Porque as leis de natureza, que consistem na equidade, na justiça, na gratidão e outras virtudes morais destas dependentes, na condição de simples natureza não são propriamente leis, mas qualidades que predispõem os homens para a paz e a obediência. Só depois de instituída a república elas efetivamente se tornam leis, nunca antes, pois passam então a ser ordens da república, portanto também leis civis, na medida em que é o poder soberano que obriga os homens a obedecer-lhes (HOBBS, 2008, p. 227-228).

Em decorrência disso, as leis civis escritas recebem sua força e autoridade da vontade do Estado, isto é, da vontade do soberano. Assim sendo, a lei é uma ordem obrigatória a todos os súditos, pois todos concederam poder e autoridade através do pacto para o soberano. Hobbes pontua que no caso de um Estado vir a dominar outro e o soberano do Estado dominado decidir governar com as mesmas leis com as quais era governado antes, essas leis serão as leis civis do Estado vitorioso e não do Estado subjugado. Neste ponto é possível notar que esta seria uma hipótese excepcional de sujeição da autoridade política.

As leis podem ser divididas em naturais e positivas. As leis naturais ou morais são as que tem sido leis desde sempre, como, por exemplo, as virtudes morais da justiça e da equidade. As positivas são as que se tornaram leis pela vontade do poder soberano e podem ser divididas ainda em humanas (distributivas ou penais) e divinas (restritas às repúblicas cristãs ou teocracias). As leis humanas distributivas determinam os direitos dos súditos, enquanto as penais determinam a punição a ser imposta aos que desrespeitarem a autoridade política estatal.

A partir do momento em que um súdito desrespeita uma lei civil, pode ser aplicada a ele uma punição, que nas palavras do filósofo inglês: “é um dano infligido pela *autoridade pública*, a quem fez ou omitiu o que pela mesma



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

autoridade é considerado *transgressão da lei*, a fim de que assim a vontade dos homens fique mais disposta à obediência” (HOBBS, 2008, p. 262-263) [Destaques nossos]. Dessa definição retiramos duas constatações primordiais: a primeira está no uso do termo “autoridade pública”, o que indica uma vinculação entre a autoridade política e a sociedade, ou seja, o soberano dotado e no uso de sua autoridade política deve estar voltado para a comunidade dos bens, para a *respublica*, que é a própria coisa pública, o interesse coletivo; e a segunda informação é o próprio conceito de crime que é possível vislumbrar quando se fala em “transgressão da lei”. Um crime “é um pecado que consiste em cometer (por atos ou palavras) algo que a lei proíbe, ou em omitir-se de algo que ela ordena”. (HOBBS, 2008, p. 247). Do conceito de crime, Hobbes traz à tona também o conceito de pecado como algo que não só transgredi a lei, como também manifesta desprezo pelo legislador. O filósofo diz ainda que todo crime é um pecado, mas nem todo pecado é um crime, caracterizando uma controvérsia arraigada pela própria retórica de seu tempo.

4.8. A dissolução do Estado

Como toda construção pressupõe uma desconstrução, existem coisas que podem enfraquecer ou levar à dissolução do Estado. Hobbes chama essas coisas de enfermidades, que por sua vez podem desencadear umas às outras, são algumas delas: contentar-se com menos poder do que é necessário para a manutenção da paz e da segurança da república. Isso ocorre geralmente quando os súditos exigem que o soberano cumpra as suas promessas, e, neste caso, podem ser apoiados por países estrangeiros. Tal apoio pode, inclusive, dissolver oficialmente um Estado se o país estrangeiro obtiver vitória em uma guerra externa ou interna. Outra enfermidade crucial é não instituir leis civis que determinem as ações dos indivíduos. O problema disso é que o Estado acaba comprometendo a sua própria finalidade que é a de proteger os súditos, e estes



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

últimos, tendem a discutir as ordens estatais passando a, conforme julgar conveniente, obedece-las ou não, enfraquecendo assim a autoridade política. Note-se que em todos esses casos o soberano acaba agindo contra o seu dever de modo que renuncia a direitos essenciais à soberania. A própria omissão do Estado na garantia da paz é um exemplo disso, mas diferentemente dos súditos o soberano não pode se submeter às leis civis e ser punido, *verbi gratia*. Disso decorre uma outra causa de dissolução do Estado: o soberano estar submetido às leis. Por fim, outra causa é a divisão do poder soberano, o que nos leva ao caso do representante político nomeado pelo soberano. Indiretamente, a nomeação de um representante político pode levar a dissolução da república, pois os atos do representante perante a assembleia podem ser contestados pelos súditos caso se sintam insatisfeitos, o que, por sua vez, vislumbraria um retorno ao estado de natureza.

4.9. Considerações finais

Para situar a teoria e a prática hobbesianas da ciência civil no contexto intelectual em que ela foi formada, Skinner oferece uma exposição conceitual do que considera ser o conceito central da teoria política do autor: o da própria ciência civil. A partir disso, em primeiro lugar, empreende mostrar até que ponto a concepção hobbesiana da *scientia civilis* sempre foi moldada pelas relações cambiantes do filósofo aos pressupostos e ao vocabulário das teorias clássicas da eloquência. A tese de Skinner é de que, no final da década de 1630, quando Hobbes desenvolveu pela primeira vez suas ideias sobre a ciência civil foi contra a faceta humanista do pensamento que ele procurou se posicionar. Particularmente, ele procurou resgatar o conceito de justiça da situação de risco em que foi deixado pelos retóricos. Assim, Hobbes almejava questionar a abordagem dialógica do raciocínio moral e político e substituí-la por uma ciência civil plenamente demonstrativa. Isso significa dizer que não se tratava apenas de desenvolver uma



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

teoria da origem contratual do Estado, mas também de explicitar meios para viabilizar o seu sucesso. Insere-se aqui a relevância de nosso trabalho: Hobbes demonstra exatamente como desenvolver a construção de um Estado Moderno a partir dos fundamentos da autoridade política e da liberdade republicana através do que chama de “soberania plena”.

A preocupação dominante de Hobbes, como ele próprio reitera, é a garantia da paz. Assim, a melhor maneira de assegurá-la é por meio de um compromisso permanente com a justiça e com as demais virtudes sociais, devendo os homens não apenas agirem virtuosamente, mas também cultivar esse caráter sob pena de incorrer no risco de punição ou de retorno ao estado de natureza. Diferentemente do reiterado estereótipo de Hobbes como criador de uma teoria moral egoísta, Skinner procura defender que em sua essência ele é um teórico das virtudes, cuja ciência civil é centrada em evitar os vícios e manter as virtudes sociais para assegurar à preservação da paz. Isso explica porque ele pensa na filosofia moral como “a ciência da virtude e do vício” e, mais especificamente, como “a ciência do que é bom e do que é mau na conversação e na sociedade humana”.

Como segundo ponto para explicitar sua abordagem, Skinner se concentra no envolvimento mutável de Hobbes com o humanismo. Estabelecendo uma visão particular do desenvolvimento intelectual hobbesiano, Skinner estabelece três episódios principais: primeiro, Hobbes imbuu-se de uma compreensão retórica da *scientia civilis*; depois, se dedicou a repudiar esta abordagem; e por último, defendeu sua compreensão inicial. É no *Leviatã* que esse reflexo de se apropriar do que outrora havia descartado fica evidente, mais do que isso: esta obra representa o apogeu de pôr os preceitos de sua teoria em prática. Apesar de inicialmente ter abandonado a retórica em favor da ciência, Hobbes acabou fundamentando sua ciência civil numa combinação das duas. Destaque-se que o filósofo inglês se dirige categoricamente aos soberanos para que leiam sua obra e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

saibam como assegurar a soberania de um Estado. No final das contas, o que o autor deseja é assegurar a soberania do Estado. O motivo é intuitivo: dar solidez à sua teoria, pois para ele não faz sentido nem tampouco seria possível a instituição de uma república sem a autoridade política e liberdade republicana, estas compreendidas como primordiais para manter a soberania de um Estado.

A terceira afirmação de Skinner sobre sua abordagem diz respeito ao fornecimento de uma nova análise das características retóricas do *Leviatã*, na qual o autor de *Razão e retórica* se atém muito mais as técnicas linguísticas, como, por exemplo, o uso de modo sistemático dos recursos dos teóricos da eloquência para transmitir ironia e ridicularização, por exemplo, aos escolásticos. Skinner destaca três concepções rivais sobre o caráter da argumentação moral e política, nos interessando a terceira e última que diz respeito a visão associada ao humanismo renascentista, segundo a qual deve-se sempre escutar a outra parte. Assim, no debate moral e político, o modelo a ser seguido deve ser o de um diálogo juntamente com a postura apropriada de negociar discordâncias. Em resumo, trata-se de chegar a um entendimento e resolver as disputas através do diálogo. Levando em consideração tais aspectos, é possível notar que se trata de uma solução ao postulado hobbesiano do estado de natureza, que, por sua vez, só pode ser superado a partir da instituição da autoridade política e liberdade republicana, basilares da construção do Estado Moderno. A própria negação da visão humanista de que trata Skinner, pode ser comparada com o fato de que alguns autores repudiam a compreensão da teoria de Hobbes como contribuinte para o juspositivismo ao invés de para o jusnaturalismo.

5. Conclusões

A concepção hobbesiana de ciência civil exposta em *Elementos da lei natural e política* e em *Do cidadão* é baseada na convicção de que o raciocínio



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

científico detém um poder intrínseco de nos persuadir das verdades que descobre. De maneira diversa, o *Leviatã* declara que as ciências têm um poder reduzido e retorna ao pressuposto humanista de que, para conseguirmos lograr êxito em convencer os outros a aceitarem nossos argumentos, temos de complementar as descobertas da razão com a força mobilizadora da eloquência. Essa constatação de Skinner é muito importante para a compreensão da construção do Estado Moderno. Nessa perspectiva, esse convencimento na aceitação de argumentos se reflete na concepção moderna de Estado no próprio ato de que cada homem deve ceder parte de sua liberdade a ele, para que este, valendo-se do convém a ser chamado por Skinner de eloquência, exerça sua autoridade política e garanta liberdade republicana. Isso porque, apesar desta última ser pressuposto da construção do Estado Moderno, contraditoriamente, com a instituição da República as coisas passam a serem injustas, fazendo-se necessário que este poder soberano (autoridade política) seja limitado pela própria liberdade dos homens. Do contrário, não faria sentido continuar defendendo uma situação, que buscou-se superar, na qual tudo era permitido entre os homens e agora continuasse sendo perpetuada para o Estado. É a isso que a liberdade republicana faz limite. A partir do momento em que é concedida parcela de liberdade ao Estado, tem-se origem a autoridade política, que, por sua vez, devendo ser delimitada, garante, ou melhor, visa garantir liberdade republicana.

6. Perspectivas

O interesse em dar continuidade a esta pesquisa está centrado no próprio viés que adotamos em nosso trabalho, a saber, o estudo do pensamento hobbesiano sob o espectro considerado mais incomum que é o de juspositivista. O argumento reside principalmente na divergência existente, tanto na obra de Hobbes quanto na de seus comentadores, no que cerne aos vieses jusnaturalista



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

e juspositivista atribuídos ao seu pensamento. Isso porque, mesmo trabalhando com conceitos básicos do jusnaturalismo, não há em Hobbes efetivamente uma validade das leis naturais, e, além disso o Estado acarreta o fim de qualquer direito natural. Até mesmo quanto ao direito à vida, apesar de legítimo, o Estado pode, a qualquer momento, assassinar uma pessoa, basta que a lei positiva assim garanta. Afinal, até onde o poder do Estado é legítimo? Desse questionamento temos a possibilidade da desobediência ao poder soberano no que diz respeito ao direito de preservar a própria vida, o que constitui uma espécie de “teoria da desobediência” e merece igual atenção no desenvolvimento da continuidade desta pesquisa.

A relevância de nosso trabalho reside na análise da demonstração hobbesiana de como desenvolver a construção de um Estado Moderno a partir dos fundamentos da autoridade política e da liberdade republicana através do que o filósofo inglês chama de “soberania plena”. No entanto, esse ideal só poderá ser alcançado se cultivadas as virtudes sociais e a justiça, não bastando o agir virtuosamente em respeito à soberania do Estado, e, conseqüentemente à autoridade política e à liberdade republicana. No caso de não serem preservados esses fundamentos, o homem incorre no risco de punição ou de retorno ao estado de guerra.

Além, é claro, da contribuição de Hobbes hodiernamente perceptível na própria noção de Estado, uma via futura de exploração do tema estudado é a análise desse “retorno ao estado de guerra”. Em outras palavras, será mesmo possível falar em um retorno? Afinal, será que algum dia superamos essa condição de miserabilidade humana? Advogamos, assim, a tese de que existem apenas momentos de estabilidade, cada vez menos preponderantes que os de conflito. Propomos, assim, uma análise mais minuciosa do pensamento hobbesiano, pois de acordo com algumas passagens de suas obras é possível,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

mesmo em uma república, haver estado de guerra de todos contra todos, já que a qualquer momento podem haver discordâncias perante os representantes políticos nomeados pelo Estado. Percebemos, assim, certa reciprocidade com a preocupante situação brasileira atual haja vista vislumbrarmos, a partir de seu postulado, a imutabilidade defendida por Thomas Hobbes no que cerne ao comportamento egoístico do homem.

7. Referências bibliográficas

Bibliografia básica

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Do cidadão**. Tradução, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **Os elementos da lei natural e política**: tratado da natureza humana, tratado do corpo político. Trad. Fernando Dias Andrade. São Paulo: Ícone, 2002b.

SKINNER, Quentin. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: UNESP, 1997.

Bibliografia complementar

RIBEIRO, Renato Janine. **A marca do Leviatã**. São Paulo: Ática, 1978.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Trad. Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, L. C. S. **Elementos políticos de uma moderna filosofia do poder em Hobbes**: o utilitarismo das ciências contra a neutralidade da razão prática. In: Evaldo Becker, Marcelo de Sant'Anna Alves Primo, Saulo Henrique Souza Silva (Orgs.). *Moral, ciência e história no pensamento moderno* – São Cristóvão: UFS, 2018.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

STRAUSS, Leo. **Direito natural e história**. Trad. Miguel Morgado. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

8. Outras atividades

Algumas das reuniões para discussão com o orientador aconteceram em conjunto com alunos do ensino fundamental e médio do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, também pesquisadores e bolsistas do PIBIC Jr., o que possibilitou uma troca fundamental de conhecimento que muito contribuiu para o desenvolvimento deste projeto.

Vale destacar a participação no “I Colóquio Constituição, Direitos Fundamentais e Desigualdades” no período 23 de outubro a 25 de outubro de 2018 que contou com a participação de discentes da graduação e pós-graduação do curso de Direito tanto da UFS como de outras universidades. É importante mencionar também a participação no “I Seminário de Integração UFS-FGV/Rio - Perspectivas do Direito Administrativo: regulação, consequencialismo e sustentabilidade” em 26 de outubro de 2018, que contou com a presença de docentes da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/Rio) e possibilitou a interação entre alunos de diferentes universidades e diversos cursos, como, por exemplo, Administração, Economia e Direito.

Além disso, foi possível a participação em eventos durante a V Semana Acadêmica da UFS (SEMAC) como o “Controvérsias Jurídicas VI – vespertino” e o “Controvérsias Jurídicas VII – noturno”, ambos no período de 5 de novembro a 7 de novembro de 2018 e que tiveram a presença de alunos do curso de Direito; e o curso “Trabalho escravo contemporâneo: exagero ou realidade?” em 5 de novembro de 2018, contando com a participação de alunos dos cursos de Ciências Agrônomicas, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Economia, Filosofia, Pedagogia, entre outros.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Outra importante atividade foi a participação no minicurso “Gerenciamento de referências bibliográficas: Mendeley T1 (manhã) ” no dia 06 de novembro de 2018 durante o 28º Encontro de Iniciação Científica (EIC/COPES) na V Semana Acadêmica da UFS (SEMAC), que contou com a participação de discentes e pesquisadores dos mais variados cursos da UFS. A participação no “Seminário Direito, Arte e Literatura” em 23 de novembro de 2018 também foi de importante relevância estreitando os laços entre a graduação e a pós-graduação do curso de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

Também merece destaque a participação no evento “IX Colóquio do PRODIRE – UFS: Congresso internacional ‘Desafios da liberdade de expressão na sociedade da informação’ ” nos dias 4 e 5 de dezembro de 2018, com a participação de diversos professores universitários nacionais e estrangeiros e alunos da graduação e pós-graduação do curso de Direito.

Com o início das atividades do grupo de pesquisa “Direito, Arte e Literatura” da UFS em dezembro de 2018 foi possível participar da primeira reunião juntamente com alunos da graduação e pós-graduação dos cursos de Comunicação Social, Direito, Teatro, Pedagogia, etc. Foi possível também a participação em algumas reuniões do grupo de pesquisa de Ética e Filosofia Política da UFS.

Por fim, umas das atividades que muito contribuiu para o nosso projeto foi a participação no “VI Seminário Nacional Filosofia & Natureza: técnica, natureza e ética socioambiental no uso das águas” realizado no período de 20 a 22 de março de 2019 na UFS com a apresentação da comunicação intitulada *O conceito de natureza e propriedade na teoria hobbesiana: implicações no uso dos recursos*. Essa experiência teve contribuição primordial no prosseguimento da pesquisa em razão do contato com discentes e docentes da graduação e da pós-graduação,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

que através comentários, questionamentos e críticas puderam enriquecer o presente relatório, e, por conseguinte, nosso projeto como um todo.

9. Justificativa de alteração no plano de trabalho

Não se aplica.